



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10843 - Resumo Expandido - Trabalho - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 21 - Trabalho e Educação

**PROFESSOR DE BOLSO: ANÁLISE SOBRE O ATAQUE AO ENSINO NO PROJETO DE EDUCAÇÃO 2030**

Eneida Oto Shiroma - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Bruno Augusto Olska - UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

**PROFESSOR DE BOLSO: ANÁLISE SOBRE O ATAQUE AO ENSINO NO PROJETO DE EDUCAÇÃO 2030**

Os impactos da crise do capitalismo somados aos da pandemia da Covid-19 são indelévels; conviveremos com seus efeitos por longo tempo. No tocante ao trabalho, assistimos ao fechamento de empresas, ao aumento do desemprego, do trabalho precarizado e à disseminação do trabalho e ensino remotos que invadiram nossas casas com todos os ônus financeiros e psíquicos da acumulação de tarefas num mesmo tempo-espço. Os danos foram terríveis para a classe trabalhadora que se aglomerou à espera do auxílio emergencial, do leite, do oxigênio. Aos trabalhadores, pedia-se paciência e resiliência frente à conjuntura de mortes e inflação crescentes, enquanto corporações enriqueciam.

Esse panorama de destruição também impulsionou inovações: o processo de migração do trabalho para plataformas digitais, a criação de novos modelos de negócios na internet e a difusão da educação a distância foram experimentados justamente nesse contexto de dolorosas mudanças. Rapidamente, *lives* e publicações apresentaram receitas para se reinventar e vencer a crise. Várias dessas fórmulas salvadoras não surgiram agora, são apresentadas há como “alternativas” às crises em discursos que evocam a Economia Criativa e o Desenvolvimento Sustentável. A Unesco, por exemplo, ressalta que:

Precisamos de um “ecossistema” da economia criativa que acomode os criadores. As carreiras na indústria criativa devem ser viáveis e caracterizadas por condições de trabalho dignas, remuneração decente e oportunidades de crescimento.

A Unesco pede aos formuladores de políticas e líderes globais que realizem uma

**revisão exaustiva** de políticas de emprego, previdência social, adaptação digital, propriedade intelectual, educação e muito mais. (UNESCO, 2022; sem grifo no original)

Vemos que a educação, no conjunto das políticas sociais, é alvo dessa “revisão” que, supostamente, conduziria a um novo trabalho digno. É importante lembrarmos, contudo, que embora agravados pela pandemia, a crise e o desemprego não foram gerados por ela. Pesquisas ancoradas na crítica da Economia Política têm demonstrado a redução do intervalo entre as crises econômicas, enfatizando a atualidade do marxismo para a compreensão do capitalismo contemporâneo sob hegemonia do capital financeiro, e premência do encurtamento do tempo de rotação do capital (CARCANHOLO, 2008; CHESNAIS; SERFATI, 2003). Com intuito de contra-arrestar a tendência à queda da taxa de lucro, as corporações fazem investimentos crescentes em tecnologias e inovações disruptivas modificando a composição orgânica do capital para reduzir os custos com a força de trabalho, resultando na precarização das condições de vida dos trabalhadores (MARX, 2017).

Ao longo dos últimos três séculos, o modo de produção capitalista foi se consolidando por expropriações – de terras e de direitos (FONTES, 2010) – e por apropriações, num crescente processo de produção de carências a serem saciadas por mercadorias. Contraditoriamente, a exploração desenfreada da força de trabalho e da natureza – fonte dos objetos de trabalho – constitui entrave ao próprio movimento de expansão do capital. Hoje, portanto, a questão ambiental está, ao lado da questão social, na ordem do dia. Sustentabilidade tornou-se um slogan, parte do marketing social de grandes corporações, além de área prioritária de agências internacionais de desenvolvimento.

Desde a Conferência das Nações Unidas Rio+10, realizada em 2002, as Organizações Multilaterais (OM) têm promovido iniciativas, programas e projetos sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS). A Unesco lançou a *Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável (2005-2014)* e definiu um roteiro para execução do Programa de Ação Global para a EDS. Em 2015, durante o Fórum Mundial de Educação realizado em Incheon, a Unesco assumiu a coordenação do projeto *Educação 2030* voltado à consecução do quarto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável.

A análise das principais conferências sobre Desenvolvimento Sustentável e de documentos de OM permitiu constatar a difusão de uma determinada concepção de desenvolvimento sustentável e caminhos para alcançá-lo. Podemos identificar que essa linha de pensamento trata da preservação, conservação, reciclagem ou economia verde ou circular sem, contudo, tocar nas questões estruturais que reproduzem a degradação ambiental como parte essencial deste modo de produção. Porém, é amplo o conjunto de lideranças ambientalistas, ecólogos e movimentos sociais discutem alternativas para o planeta e pensam em outros paradigmas. Outras vertentes do pensamento crítico, mais do que mitigar, buscam compreender as origens da crise ambiental que exigem mudanças mais radicais do que alterações cosméticas no consumo individual e no estilo de vida, colocando em questão a insustentabilidade do sistema metabólico do capital (MÈSZAROS, 1989; HARVEY, 2016).

Nossa pesquisa situa-se neste segundo grupo.

O objetivo deste trabalho é discutir os interesses burgueses subjacentes ao projeto de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS). Com base no materialismo histórico-dialético, desenvolvemos uma pesquisa documental visando compreender a centralidade atribuída à EDS nos projetos das Organizações Multilaterais (OM). Procuramos identificar os eixos do modelo de desenvolvimento que delinham para a próxima década e apreender suas recomendações de reformas educacionais visando a Educação 2030.

A resposta burguesa à conjuntura de crise do capitalismo acirrou o desemprego, desencadeou medidas de ajuste fiscal, expropriação de direitos dos trabalhadores, financeirização das políticas sociais e agravamento da questão social. Tudo isso contribuiu para colocar em xeque o modelo de desenvolvimento capitalista predominante nas últimas décadas. No plano econômico, a crise do capitalismo de 2008, aponta como uma alternativa a Economia Criativa, orientada por um *télos* do desenvolvimento sustentável e inclusivo. Recorrendo ao discurso do empreendedorismo, convoca-se os trabalhadores à criatividade e inovação para retomarmos os trilhos do crescimento. Esse caldo de cultura favoreceu a aprovação de várias contrarreformas na legislação que, por sua vez, propiciaram a expansão de formas precárias de relações e contrato de trabalho.

No *Informe sobre el Desarrollo Mundial 2019: La naturaleza cambiante del trabajo*, o Banco Mundial argumenta que o *emprego* perdeu a relevância, e apontam para o surgimento de um *novo contrato social*. Nessa direção, uma publicação da OCDE/Cepal (2016) distingue dois tipos de empreendedorismo: o de alto impacto e o de subsistência. Nos países periféricos, como os da América Latina, predominaria o de segundo tipo. Pesquisas fundamentadas no materialismo histórico-dialético possibilitam entender estes fenômenos de forma articulada: empresas de tecnologia “de impacto” no mercado mundial crescem estrondosamente justamente por explorar o trabalho de um imenso exército de reserva disponível para o “empreendedorismo de subsistência”. Formas diversificadas de geração de renda a exemplo da uberização são apresentadas como modelo de experiências exitosas. Atividades como artesanato, gastronomia, festas populares, artes e os trabalhadores da cultura, que costumavam ficar à sombra das inovações tecnológicas nos estudos do trabalho, ganharam relevância com a valorização da Economia criativa, cuja participação é crescente no PIB dos países e no comércio internacional. A Assembleia Geral da ONU (2017) ressalta a importância da articulação entre cultura, economia e ambiente para as próximas gerações.

Referindo-se às transformações no trabalho advindas da incorporação dos avanços tecnológicos, as OM – sem se referirem o capitalismo – listam um conjunto de problemas do modelo de desenvolvimento predominante e difundem prescrições para sua amenização. Apontam que o desenvolvimento atual poluente é insustentável, que a emissão de carbono precisa ser reduzida e que a desigualdade é inaceitável, sendo entendida inclusive como uma barreira ao crescimento econômico (CEPAL, 2016). Desde os anos de 1990, a PNUD (1992) apontara a pobreza como um obstáculo ao desenvolvimento, argumentando que era necessário

mudar o padrão de desenvolvimento e promover o crescimento com baixo carbono. Acrescentam, ainda, que para se atingir o desenvolvimento sustentável será necessária uma coordenação global.

A Cepal (2016, p.33) alerta que “A mudança para um estilo de desenvolvimento inclusivo e sustentável requer alianças políticas e coalizões que o sustentem”. Evoca, também, a “participação cidadã” e a “construção de objetivos nacionais compartilhados pela sociedade” como forma de promover a coesão social. Em seus documentos, recomenda uma mudança estrutural virtuosa que contemple três tipos de eficiências para se atingir a “prosperidade compartilhada e sociedades mais inclusivas” (CEPAL, 2011): a eficiência keynesiana – que diz respeito à produção para exportação de bens com demanda crescente no mercado internacional – schumpeteriana – relacionada à produção de bens com alto valor tecnológico – e, articulada a essas duas, a eficiência ambiental.

Atingir este objetivo requer adotar um modelo de desenvolvimento que absorva a informalidade. Porém, a Cepal pondera que essa tarefa não será realizada espontaneamente pelo mercado. Indica, nessa direção, que o Estado deve promover o engajamento do setor privado no provimento de serviços públicos compensatórios. Recomenda, então, prioridade à construção de uma política macroeconômica que rediscuta o papel do Estado e suas relações com o mercado e a sociedade.

Ademais, a análise de documentos recentes da Cepal (2016, p.33) possibilitou elencar as propostas para 2030: reduzir as brechas tecnológicas, produção escalável de bens com maior valor agregado, incentivar a transferência de tecnologia; apoiar processos de mudança estrutural progressiva em economias periféricas com ajuda financeira para o desenvolvimento e criação de bens públicos globais.

Ao anunciar um Novo Futuro, a Cepal (2020) aponta a necessidade de se criar um *regime de bem-estar* que não represente um retorno ao *Welfare State*. Recomenda a criação de um estilo de desenvolvimento sem emissão de carbono, e a implantação de uma transição verde com inovação e digitalização. Para tanto, propõe a criação de Bancos Regionais de Desenvolvimento a fim de promover a construção de capacidades produtivas com inclusão digital, mais um esforço que buscaria equacionar crescimento com igualdade. Também menciona a necessidade de estabelecer um novo pacto verde mundial ao lado de uma nova governança mundial. Nesse sentido, a Unesco (2015) lançou a estratégia que vem disseminando a noção de “educação para a cidadania global” (ECG) e, em 2021, publicou *Reimagining our futures together — A new social contract for education*. Como podemos, então, compreender os cenários e ideias que essas OM forjam para produzir consensos e reformas na direção do futuro e da educação que elas projetaram?

Na esteira de Limoeiro Cardoso (2013) e Leher (1998), trabalhamos com a hipótese de que a expressão “desenvolvimento sustentável”, tão acoplada aos discursos educacionais, funciona como um *slogan*; não como um conceito científico, mas como uma ideologia.

Assim, a Economia Criativa ao possibilitar alguma geração de renda a setores da economia, não reduz a desigualdade, mas, coetaneamente, reforça a dualidade estrutural e produz coesão social.

Em síntese, o modelo de desenvolvimento sustentável proposto pelas OM para a próxima década estabelece como eixo um novo impulso de “destruição criadora” (SCHUMPETER, 1961), indutor de uma nova etapa de importações de tecnologia, produtos e serviços por parte dos países dependentes.

Esse projeto pressupõe mudanças de grande monta que, já em curso, reverberam na educação. Durante a pandemia vimos o impulso dado à EaD e ao ensino híbrido e o empresariamento nas instâncias de formulação de políticas públicas pela educação por meio de *lobbying* e movimentos de empresários como o Todos pela Educação. Em seus discursos, procuram encobrir a crise do capital construindo uma pretensa “crise da aprendizagem”, e remetem às transformações no mundo do trabalho para pressionar a escola a desenvolver novas competências técnicas, cognitivas e socioemocionais demandadas pelo mercado. Fundações e institutos empresariais estabelecem parcerias com as redes de ensino, procuram interferir nos currículos, redefinir Diretrizes Curriculares e moldar a formação de professores. Esse caminho foi aberto pelas OM em suas recomendações aos governos:

Maior cooperação com negócios e com a indústria melhoraria a relevância e a qualidade do ensino e da aprendizagem (ONU, 2017, p.5).

Avanços tecnológicos e educação: na era da Internet, a aprendizagem pode ocorrer em qualquer lugar e em qualquer tempo, com os próprios aprendizes tornando-se os agentes centrais da obtenção e análise de informações. Isso requer **revisitar o papel da educação formal e, mais especificamente, dos professores**, para focar mais no desenvolvimento de habilidades de pensamento crítico e da “pessoa integral” (ONU, 2017, p.16, sem grifos no original).

Em pouco tempo vimos a popularização de programas nas redes públicas de ensino como *Google sala de aula* e *Microsoft Learn*, “TIM faz ciência” e “Claro Descomplica”. A noção de que se aprende em todos os lugares, seja em casa, seja no ônibus, banaliza a Educação e tenta colocar a escola na tela, o conhecimento no *chip* e o professor no bolso, num ardiloso ataque ao ensino. A visão instrumental da educação e a tendência a desprofissionalização docente ficam nítidas nas propagandas dos produtos oferecidos:

O Educa é um serviço online oferecido pela Oi que complementa a educação de crianças e jovens do Ensino Fundamental, Ensino Médio e pré-vestibulandos. Conta com uma equipe de professores de plantão 24 horas por dia, sete dias por semana, para tirar dúvidas de todas as disciplinas (OI, 2022).

Essas empresas de tecnologias expõem em seus sites-vitrines cursos de formação de professores, de gestores, aplicativos para alunos, pais e professores, material didático e avaliações, buscando organizar o ensino e formatar o trabalho docente. Ao senso comum, estes fenômenos aparecem como inovações dispersas, benéficas ao consumidor. Contudo, os

resultados desta pesquisa permitem compreendê-las articuladamente, com conteúdo, forma e intenção de mudar o sistema educacional atuando dentro e fora das instituições educativas. Expressam, assim, a saga do capital-educador disputando hegemonia por meio da organização da cultura e da educação, num elogio à aprendizagem apartada do ensino, dispensando a escola e o professor.

No projeto *Educação 2030*, a Unesco (2016, p.50, sem grifos no original) recomenda:

oportunidades amplas e flexíveis de aprendizagem ao longo da vida, por meio de **caminhos não formais**, com recursos e mecanismos adequados, e também por meio do estímulo à **aprendizagem informal**, inclusive pelo uso das TIC.

Desenvolver políticas e programas para promover a EDS e a ECG e trazê-las para a **educação tradicional formal, não formal e informal** por meio de intervenções ao longo de **todo o sistema, da qualificação de professores**, da **reforma curricular** e do apoio pedagógico.

Concluimos que a privatização da educação que se manifesta de várias formas – gestão privada, mercadorização da educação, projeto Future-se, plataformização, aplicativos, etc – são fenômenos articulados que expressam a sanha do capital em valorizar o valor por meio da educação pública, tanto pela venda de mercadorias e geração de patentes quanto pelo funcionamento do fundo público (BEHRING, 2012) e uso da força de trabalho remunerada pela sociedade, via Estado, num combate aberto ao ensino público. Sob a égide do capital, as inovações tecnológicas prenes de possibilidades, tornam-se apequenadas, podadas pelo uso calculado para entrega de resultados que interessam aos investidores e novos players no mercado educacional. Cabe-nos indagar: O que tem esse capital-educador a ensinar? Como formará “por telefone” a próxima geração de trabalhadores, consumidores e sobrantes? Construir a sociedade resiliente é seu objetivo declarado. Assegurar sustentabilidade ao sistema sociometabólico do capital é sua finalidade velada. Desvelá-la é desafio para as pesquisas e superá-lo é imperativo para a manutenção da vida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho e Educação. Desenvolvimento. Política Educacional. Trabalho docente.

## REFERÊNCIAS

Banco Mundial (2019), *Informe sobre el Desarrollo Mundial 2019: La naturaleza cambiante del trabajo*, cuadernillo del “Panorama general”, Banco Mundial, Washington, DC.

BEHRING, E. R. Rotação do capital e crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social. In: SALVADOR, E. et al. (org.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012. p. 153-180.

- CARCANHOLO, M. D. Dialética do Desenvolvimento Periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 12, p. 247-272, 2008.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. A ideologia persistente do desenvolvimento. Entrevista com Miriam Limoeiro Cardoso, concedida a Silene Freire de Moraes e Mariela Nathalia Becher. *Revista em Pauta*. Teoria Social e Realidade Contemporânea. Rio de Janeiro. V. 11, n. 31 (2013). p. 207-214. Disponível em: <<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/7567/5470>>. Acesso em: 03 fev. 2015.
- CEPAL. Construir um novo futuro: uma recuperação transformadora com igualdade e sustentabilidade. Santiago: CEPAL, 2020.
- CEPAL. *Horizontes 2030: A igualdade no centro do desenvolvimento sustentável*. Santiago: Cepal, 2016.
- CHESNAIS, F.; SERFATI, C. Ecologia e Condições Físicas da Reprodução Social: alguns fios condutores marxistas. *Revista Crítica Marxista*, Campinas, Centro de Estudos Marxistas, n. 16, 2003, Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/sumario16.html> Acesso em: 3 abril 2022.
- FERNANDES, Florestan. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981
- HARVEY. Relação Capital com a Natureza. In: Harvey. 17 contradições e o fim do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2016.
- LEHER, R. *Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para alívio da pobreza*”. São Paulo, 1998. Tese de Doutorado Universidade de São Paulo. Doutorado em Educação.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MÈSZÁROS, Istvan. *Produção destrutiva e Estado Capitalista*. São Paulo: Ed. Ensaio, 1989.
- OCDE/CEPAL. *Latin American Economic Outlook. Youth, Skills and Entrepreneurship*. OCDE Publishing, Paris. 2016.
- ONU. General Assembly. *Implementation of education for sustainable development*, 2017.
- SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.
- UNESCO. Declaração de Incheon e Marco de ação da educação: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos. Brasília, 2016

UNESCO. *Educação para a cidadania global: preparando alunos para os desafios do século XXI*. Brasília: Unesco, 2015.

UNESCO. International Year of Creative Economy for Sustainable Development. Why Creative Economy in 2021? Disponível em :

<https://en.unesco.org/commemorations/international-years/creativeeconomy2021> Acesso em 04 mar.2022.

UNESCO. *Reimagining our futures together — A new social contract for education*. Paris: Unesco, 2021.

UNESCO. *Transforming Education: an imperative for the Future We Want*. Disponível em : [www.un.org/en/node/50013/](http://www.un.org/en/node/50013/) Acesso em 02/04/2022